

### Acontecimento e sintoma, os agenciamentos do “ensinar”

*Zamara Araujo dos Santos<sup>1</sup>*

**Resumo:** Este artigo pretende tratar dos agenciamentos do “ensinar” a partir de Deleuze e Guattari, considerando a noção de *acontecimento* e a abordagem nietzscheana de sintoma. Desse ponto de vista, objetiva analisar a esfera da palavra como expressão de uma trama inerente aos corpos e suas ações, de onde se pode buscar o liame entre ensino e linguagem no plano de uma máquina semiótica que se refere às paixões dos corpos e às transformações incorporais, e cujas implicações demarcam os efeitos e produções aliadas às dimensões do acontecimento e do sintoma.

**Palavras-chave:** Ensino. Linguagem. Agenciamento. Acontecimento. Sintoma.

#### L'événement et symptôme, les agencements de “l'enseigner”

**Résumé:** Cet article a l'intention de traiter des agencements de “l'enseigner” à partir de Deleuze et Guattari, en considérant la notion de l'événement et l'approche nietzschéenne de symptôme. De ce point de vue, on a pour but d'analyser la sphère du mot comme expression d'une trame inhérente aux corps et à leurs actions, d'où on peut chercher le lien entre l'enseignement et le langage dans le plan d'une machine sémiotique qui porte sur les passions des corps et les transformations incorporelles, et dont les implications délimitent les affects et la production alliés à la dimension de l'événement et du symptôme.

---

<sup>1</sup> Doutora em Filosofia pela UNICAMP e PARIS X. Professora Adjunta de Filosofia da UESB.

**Mots-clés:** Enseignement. Langage. Agencement. Événement. Symptôme.

Deleuze e Guattari conferem um novo olhar às tramas e acoplamentos concernentes ao exercício de “ensinar”<sup>2</sup>, e às atribuições da linguagem, perfilando o traçado e engrenagens que circundam tais enlaces. Na relação ensino e linguagem, o caráter informativo e comunicativo são submergidos por agenciamentos que escapam aos postulados e categorias tradicionais. Ensinar não consiste em comunicar conhecimentos, instruir ou difundir saberes e informações, mas se inscreve por vias e mecanismos sutis que anulam construções abstratas e universais. Demarca antes a ordem de um maquinismo em que “os agenciamentos se reúnem em um *regime de signos ou máquina semiótica*” (DELEUZE; GUATTARI, 1980, 106; tr. 1995, p. 23), tecendo linhas e conexões sobre um campo múltiplo de variações e singularidades. Tal perspectiva norteia uma concepção do devir e de sua produção deslocada da noção de linguagem como significação totalizante do mundo bem como do regime de significações inscritas sob o primado da essência e da representação.

Partindo desse pressuposto, nos reportamos, então, à incursão promovida pelos autores em suas análises acerca da natureza da linguagem no âmbito do ensino e seus agenciamentos. O conjunto das ações e palavras de um professor não tem como mote apenas a comunicação e difusão do saber, mas circunscrevem uma profusão de sentidos e registros que se decompõem instituindo dicotomias que traduzem o encadeamento de relações que perpassam a linguagem e os corpos. Sob esse traçado, a máquina do ensino não se desenvolve por meios extrínsecos às suas produções, mas se exerce através de «coordenadas semióticas» fundamentadas em bases duais, que enquanto tais, revelam os agenciamentos mediante os quais o professor não comunica informações, mas “«ensina», dá ordens, comanda” (1980, 95; tr. 1995, p. 11). Vejamos o que afirmam Deleuze e Guattari:

<sup>2</sup> Do latim *Īnsignāre, ĩnsgĭre* (regressivo de *insignitus*), que significa pôr uma marca, um sinal, marca distintiva, insínia; *Īnsgĭnĕ* (insignis), marca, sinal, insignia, signo: gravar uma marca em algo ou alguém, dar um sentido.

A máquina do ensino obrigatório não comunica informações, mas impõe coordenadas semióticas com todas as bases duais da gramática (masculino-feminino, singular-plural, substantivo-verbo, sujeito do enunciado-sujeito da enunciação etc.). A unidade elementar da linguagem – o enunciado – é a palavra de ordem. Mais do que o senso comum, faculdade que centralizaria as informações, é preciso definir uma faculdade abominável que consiste em emitir, receber e transmitir as palavras de ordem. A linguagem não é mesmo feita para que se acredite nela, mas para obedecer e fazer obedecer (1980, 95-96; tr. 1995, p. 11-12).

Desalojados de significações primeiras e universais, “os mandamentos do professor não são exteriores nem se acrescentam ao que ele nos ensina” (DELEUZE; GUATTARI, 1980, 95; tr. 1995, p. 11), e exprimem um regime de relação de forças e suas criações. Assim, quando um professor *ensina* ele dota de sinais algo ou alguém, grava sua marca, imprime um registro, impõe um campo de força e afecções por meio do qual ordena e comanda, expõe os mandamentos e palavras de ordens que revestem de sentido seus ensinamentos, suas proposições e enunciados. Ao ensinar, o professor emite enunciados por meio dos quais exerce o poder de sua palavra materializando atos de fala que funcionam como um vetor de comando e reação. Desse ponto de vista, a linguagem e o enunciado se definem pela “transmissão de palavras de ordem” que enquanto tais perfilam menos uma origem da linguagem do que o prolongamento de seu exercício como uma “função-linguagem, uma função coextensiva à linguagem”<sup>3</sup>. É preciso elucidar, então, o caráter dessa função.

Deleuze e Guattari examinam o alcance dessa ligação e observam que as palavras de ordem não são uma forma peculiar de enunciados, falas imperativas ou regras obrigatórias contíguas às formalizações que se estendem no espaço. Dar ordens ou exprimir comandos não se distingue dos atos que esboçam uma pergunta ou uma promessa; são igualmente palavras de ordem e designam “a relação de qualquer palavra ou de qualquer enunciado com pressupostos implícitos, ou seja, com atos de fala

<sup>3</sup> O papel da linguagem é dar ordens à vida que não fala, apenas escuta e aguarda as sentenças que a linguagem lhe impõe, cf. *Mille Plateaux*, 97; tr. v. 2, p. 13.

que se realizam no enunciado” (1980, 100;tr. 1995, p. 16), e se consolidam apenas nele. Assim, não é apenas nos comandos que as palavras de ordem se determinam, mas nos atos cuja ligação com os enunciados dar-se-á em função de um vínculo, uma “obrigação social”, e disso deriva que os enunciados não são um conjunto particular de registros de comando e submissão, pois conservam uma conexão interna com os atos.

Os atos mantêm uma relação intrínseca, imanente, todavia, disse não se pode concluir que subsista uma relação de identidade, mas coordenadas que implicam uma relação de *redundância* dos atos imanentes à linguagem. É sempre de forma redundante que se manifesta um comando ou se realiza uma pergunta, ou promessa, sendo a *frequência* e a *ressonância* dessa ação a dupla dimensão da redundância que, assinaladas como significância e subjetividade, demonstram não a preexistência de uma causa primeira, mas uma relação de subordinação à redundância, e isso se explica pelo fato de que “não existe significância independente das significações dominantes nem subjetivação independente de uma ordem estabelecida de sujeição. Ambas dependem da natureza e da transmissão das palavras de ordem em um campo social dado” (DELEUZE; GUATTARI, 1980, 101; tr. 1995, p. 17).

Sob tal configuração, conquanto, não se pode presumir um sistema de representação em vista do qual os termos são conduzidos a um centro de conciliação cujo caráter subjetivo confere extensão e regularidade à redundância, pois “não existe enunciação individual nem mesmo sujeito de enunciação” (1980, 101; tr. 1995, p. 17). A enunciação remete-se aos “*agenciamentos coletivos*” que são impessoais e determinará “os processos relativos de subjetivação, as atribuições de individualidade e suas distribuições moventes no discurso” (1980, 101; tr. 1995, p. 18)<sup>4</sup>, como atos imanentes situados em redundância e que, junto com os enunciados, instituem as palavras de ordem. Os atos, portanto, não

---

<sup>4</sup> É desse ponto de vista que se pode pensar a noção de “agenciamento coletivo de enunciação” como fundamental para abarcar a dimensão social. De acordo com os autores, poucos linguistas analisaram o caráter social da enunciação: “Bakhtine e Labov insistiram, de duas maneiras diferentes, no caráter social da enunciação. Dessa forma, eles se opõem não apenas ao subjetivismo, mas ao estruturalismo, dado que este remete o sistema da língua à compreensão de um indivíduo de direito, e os fatores sociais, aos indivíduos de fato enquanto falantes”; cf. nota, *Mille Plateaux*, 101; tr. v. 2, p. 17-18.

são elementos extrínsecos dispostos numa rede de significados estáveis nem formas implícitas advindas de projeções e referências individuais, mas emanam de condições imanentes e se definem “pelo conjunto das *transformações incorpóreas* em curso em uma sociedade dada, e que se *atribuem* aos corpos dessa sociedade” (1980, 102; tr. 1995, p. 18), remete-se ao modo de distribuição dos corpos no espaço e no tempo, aos estados ou mistura de corpos e suas respectivas transformações.

Mas como coadunar o que se refere aos corpos e suas produções tendo em vista que o resultante de suas transformações não é aplicável às formas de suas atualizações? Para melhor entender estas noções e seu desenvolvimento seria preciso um recuo. É precisamente nos escritos dos anos 60 que Deleuze inicia essas formulações e elabora um conceito de extrema importância para as obras dos anos seguintes, que servirá de baliza para a compreensão de uma lógica do sentido e uma teoria da expressão ancorada numa concepção imanente e empirista. De inspiração estoíca<sup>5</sup>, o conceito de *acontecimento* consagra um duplo aspecto: de um lado, coloca em evidência a relação e a trama dos corpos e seus efeitos; de outro, uma contra-efetuação concernente às transformações decorrentes, que, enquanto tais, não são projeções inerentes ao corpo e sua representação, mas atributos incorporais. Esses dois aspectos traçam os agenciamentos que perfilam no liame dos corpos e suas produções. Os corpos não são designados nem pela extensão nem pela essência, pois são forças que agem sobre todos os corpos e coexistem como encontro e mistura de corpos e cuja estabilização evoca um movimento de contra-efetuação. Assim considerando, os corpos são tomados segundo suas tensões e paixões, pelos estados de coisas correspondentes na mistura dos corpos, mas também por suas efetuações e transformações incorporais.

Deleuze adverte que a distinção entre transformações incorporais e mistura dos corpos não demarca a formulação de um dualismo que opõe linguagem, mundo e os estados de coisas correspondentes, e resolve a

<sup>5</sup> De acordo com Bréhier (1997, p. 15), para os estoícos, o pensamento “seria um corpo, e o som (da palavra) também seria um corpo. Um corpo tem sua própria natureza independente, sua unidade. O fato de ser significado por uma palavra deve ser então ser acrescentado como um atributo incorporal”, e com essa teoria suprime a relação intrínseca entre a palavra e a coisa.

dificuldade que se introduz no encadeamento desses domínios partindo de sua condição paradoxal. Vejamos o que isso significa. No âmbito da linguagem, a proposição marca a divisa entre a linguagem e o mundo com seus estados de coisas delineando um dualismo que não se sustenta no plano do acontecimento, pois o acontecimento não comporta as oposições pertinentes à linguagem e ao mundo ao qual se refere, entre a proposição e os estados de coisas correspondentes. Para sair desse impasse entre linguagem e mundo, Deleuze vislumbra no acontecimento a conjugação de dois planos que constitui o paradoxo do acontecimento. Assim, o paradoxo do acontecimento reside no fato de que ele é atributo do mundo, dos corpos e estados de coisas, não obstante, sua natureza não se confunde na mistura dos corpos, pois ele é puramente “exprimível”. Essa ambivalência do acontecimento significa então que ele congrega a linguagem e o mundo, porém, não se confunde nem com a proposição (da linguagem) nem com os estados de coisas (do mundo). É sob tal configuração, portanto, que o acontecimento compreende uma teoria do devir, do sentido e da expressão.

Vale pontuar, sobretudo, o desdobramento dessa ambivalência do acontecimento. Todos os corpos constituem misturas e determinam estados de coisas que são qualidade ou quantidades tais como dimensões, cor, o verde de uma árvore etc..., que, por sua vez, não designam propriedades adjacentes, mas um atributo (DELEUZE, 1969, 14-15; tr. 1982, p. 6). Com efeito, o atributo revela menos uma essência ou um ser do que um modo de ser que se define como algo que não muda de natureza; não é ativa nem passiva e é resultado de efeito entre seres; é um efeito de superfície que sendo irreduzível à qualidade e quantidade, logo, uma dimensão não-corpórea, acontecimento puro que, deslocado das qualidades físicas se define como incorporeal. Tudo o que existe demarca essas duas dimensões: o acontecimento puro e a efetuação espaço-temporal num estado de coisas. O incorporeal designa o modo de ser e figura como um *extra-ser* em oposição ao ser e seus estados de coisas, pois sua relação é com o puro devir. Assim, no que tange à aplicação desses atributos no âmbito da linguagem, podemos entender então que,

quando verificamos que a árvore verdeja significa que ela sofreu uma transformação incorporal em seu modo de ser; diferentemente, quando dizemos que a árvore é verde ressignificamos o seu ser pelas qualidades que compõe.

Mas ainda é preciso perscrutar os desdobramentos de tais questões. Se de um lado a existência consiste numa profundidade enquanto força, a profundidade dos corpos com suas tensões, paixões e estados de coisas, de outro, os fatos que se produzem na superfície *acontecem* como incorporais, como um *extra-ser*. Como prolongamento, os termos “crescer”, “diminuir”, “verdejar”, “avermelhar” etc., são atributos não-corpóreos, transformações incorpóreas que se referem aos corpos, e assim, quando se diz que a árvore “verdeja” ou que a flor “avermelha”, tal designação não indica a estabilidade de um estado ou forma, mas um acontecimento incorporal (DELEUZE, 1969, 15; tr. 1982, p. 7; 1980, 110; tr. 1995, p. 27). De forma distinta, o “verde” de uma árvore, a cor “vermelha”, assinala uma qualidade corpórea que se refere a mistura dos corpos como um estado de coisas.

Seria necessário indagar se os fatores implicados nesse processo não deixam implícita a primazia de uma unidade ou identidade entre o ser e o devir? Ou ainda, se o que se denomina de extra-ser não seria apenas um outro modo de se referir ao ser, levando em conta que não se pode objetar que ao nível dos corpos ressoa pulsões e uma sintomatologia que, a despeito da recusa de projeções subjetivas, recobre os vestígios de tipos psíquicos, um modo de ser indicando que, no limite, é sempre alguém, um sujeito, que deposita um sentido, um signo sobre outro ser. Entretanto, no que tange à superfície de efetuação e contra-efetuação do acontecimento, não há precedência de uma realidade ou um ser, mas coexistência de forças sobre um mesmo plano. No rastro das análises de Zourabichvili (2004, p. 25), se ainda é possível reportar o devir ao um “sujeito” ou mesmo a uma faculdade, estas referências, no entanto, não preexistem como condição senão como capacidade de criar, considerando que dependem de forças «que se apoderam e que impõe um ‘plano’ de pensamento». As forças são imanentes ao plano e às suas criações,

conjurando seus domínios e tensões, e, por conseguinte, o ser, o sujeito não prescinde dos seus efeitos e de seu campo de produção, das forças em jogo e de seu plano.

Mas, isso nos leva a vislumbrar, então, indícios de uma dimensão oculta anterior ao sujeito formado sinalizando suas intenções? Podemos conjecturar ainda, se sob tais condições, a relação entre esses corpos-forças e suas ações compreende um princípio de intencionalidade intrínseco à suas manifestações? A sustentação de uma intenção por trás dos fatos sugere o nexos causal inerente ao sujeito e suas realizações, porém, o que irrompe dos corpos-forças são sinais de uma trama interna que não distingue os efeitos de suas causas.

Situando tal análise ao nível da relação de forças definida por Nietzsche, entendemos que tal plano evoca uma semiótica das forças cujo sentido não figura como fonte originária da significação primeira ou uma significação *em si*, mas reveste-se de uma semiologia dos corpos e envia à produção de um campo de tensões imanente às forças e seu plano e que se traduz como um sintoma, uma sintomatologia, de onde “é preciso reconhecer que todos os movimentos, todos os “fenômenos”, todas as “leis” não são senão *sintomas* de fatos *internos* e se servem a este fim de analogia humana” (1995, § 309). Se o plano das ações e ensinamentos são intrínsecos isso se explica menos pela preexistência de uma identidade do que por uma coexistência entre as efetuações de um campo de força e os sintomas que emanam. Vale lembrar que o que entendemos por sintoma não remete ao campo de reações subjetivas, pois não se pode conduzir o sentido e compreensão do mundo à anterioridade de uma consciência ou um sujeito preexistente como manifestação de intenções ou motivos internos. Só há encontro e relação de forças imanentes que testemunham sintomas e interpretação. Sobre isso, vejamos a análise de Nietzsche (1992, § 32):

O valor decisivo de uma ação está justamente naquilo que nela é *não-intencionalidade*, e que toda a sua intencionalidade, tudo o que nela pode ser visto, sabido, ‘tornado consciente’, pertence ainda à superfície, à sua pele – que, como toda pele, revela algo, mas



sobretudo *esconde*? Em suma, acreditamos que a intenção é apenas sinal e sintoma que exige primeiro a interpretação, e além disso um sinal que, por significar coisas demais, nada significa em si.

Se de um lado pode-se abjurar uma causalidade interna, de outro não é possível vislumbrar a distinção entre as esferas que permeiam a interioridade do sujeito e seu desenvolvimento externo. Se o sentido de algo, sua expressão, não busca seu fundamento numa intencionalidade tampouco supõe um princípio interno e subjetivo como centro unificador de significações e receptáculo do real, pois a relação entre o mundo e a linguagem não indica a realização de uma intenção específica, seja física ou psíquica. O que capturamos do mundo não alude a uma operação encerrada nos limites de uma consciência, uma faculdade, mas apenas expressa o grau de intensidade que é atribuído à relação de forças, no sentido em que “toda força motriz é vontade de dominar, não há outra força física, nem dinâmica, nem psíquica” (NIETZSCHE, 1995, II §42). Uma sintomatologia torna então manifesta o cruzamento e embate do jogo múltiplo da vontade, assinalando as efetuações e contrações que perpassam os corpos-forças e sua expressão.

No rastro dessas análises, em *Mille Plateaux*, Deleuze e Guattari assinalam que a subordinação do tempo e o espaço à organização dos corpos e medida da matéria não se libera dos estados de coisas impostas pelo seu entorno, contrapondo-se assim, ao distanciamento de forças que, sobre um campo ilimitado, revela apenas sintomas e avaliações, e cuja dimensão é ativa e produtiva. Notadamente, é por este viés que se conduzirá a abordagem deleuzo-guattariana de um inconsciente como fábrica, tema fundamental em *Anti -Edipe*, que, no âmbito das maquinações do desejo, visa cotejar a ideia do inconsciente como teatro passivo, de reprodução do real, conferindo-lhe o caráter de produção ativa, como inconsciente-fábrica (1972). Desse ponto de vista, em *Qu'est-ce que la philosophie* o problema alcança o nível do plano de criação filosófica e servirá de mote para a compreensão dos conceitos e dos personagens conceituais, e como pontuam Deleuze e Guattari (1993, p. 93):

Os movimentos físicos e mentais dos tipos psicossociais, seus sintomas patológicos, suas atitudes relacionais, seus modos existenciais, seus estatutos jurídicos, se tornam suscetíveis de uma determinação puramente pensante e pensada que os arranca dos estados de coisas históricos de uma sociedade, como do vivido dos indivíduos, para fazer deles traços de personagens conceituais, ou *acontecimentos do pensamento* sobre o plano que ele traça ou sob os conceitos que cria.

No enlace da superfície e seus efeitos o que se entrevê é a ruptura da relação causal, a determinação de uma sutura no nexos causa-efeito de modo que os efeitos incorporais não são causas essenciais nem efeitos materiais. Logo, não se trata de remeter tais efeitos a uma instância supra-sensível de causas *em si*, pois o incorporal não designa uma esfera ideal ou extra-sensível, uma essência *a priori*. Não há causa transcendente nem causa material originárias. As relações são imanentes e heterogêneas, e nesse sentido compõem causas simultâneas de corpos de outra natureza cujos efeitos não evocam causas acidentais ou reação física de outros corpos, pois “o acontecimento é imaterial, incorporal, invisível: a pura reserva” (DELEUZE; GUATTARI, 1990, 148; tr. 1993, p. 202).

Mas de que maneira podemos situar esta “pura reserva” do acontecimento e os princípios de sua produção deslocados de causas essenciais e acidentais, sendo seu caráter ao mesmo tempo heterogêneo e imaterial? Ora, o sentido nunca é originário, mas define-se segundo um caráter genético em vista do qual ele é “essencialmente *produzido*” e “sempre causado, derivado”. Por outro lado, sua produção marca a imanência de uma “quase-causa” ao mesmo tempo em que “cria os caminhos que traça e faz bifurcar” (DELEUZE, 1969, 116; tr. p. 98), o que interdita a ideia de uma que a gênese sustentada numa faculdade originária encarregada da identidade e da identificação dos objetos<sup>6</sup>.

Retomamos, então, nosso ponto de partida. Os corpos são afetados por ações e paixões de onde derivam transformações que

---

<sup>6</sup> Esse é o ponto de partida da fenomenologia cujo método Deleuze visa se distanciar, e resalta que Husserl pensa a gênese “a partir de uma faculdade originária de *sensu comum* encarregada de dar conta da identidade do objeto qualquer e mesmo de uma faculdade de *bom senso* encarregada de dar conta do processo de identificação de todos os objetos quaisquer ao infinito”, cf. *Logique du sens*, 118-119; tr. p. 100.

são atos imanentes e atributos não-corpóreos dos corpos. Assim, por exemplo, na relação professor-aluno, a relação ensinar-aprender inclui ações-paixões entre os corpos, mas também os atos que resultam dessa relação e consistem em ensinamento e aprendizagem, que, enquanto tais, não figurando como mediações externas nem regras de decalque, são transformações e atributos incorpóreos dos corpos, o que é expresso *no* e *do* efeito ensino-aprendizagem.

Embora ações e paixões dos corpos se destaquem de seus atos, não obstante, é de modo instantâneo e imediato que ocorrem as transformações incorpóreas, que, de assalto se inserem nas ações e paixões dos corpos como efeito instantâneo, como expressão. Portanto, “ensinar” constitui a experiência de imprimir signos, deixar marcas no outro, compreende agenciamentos de enunciação que configuram transformações instantâneas que são transformações incorpóreas ou atributos incorpóreos dos afetos dos corpos, e nesse sentido, encerra um *acontecimento* e uma semiótica dos afetos, uma clínica e uma sintomatologia que, sob a égide do devir anula a representação e o finalismo aplicados ao sujeito, ao conhecimento ou a história.

Conjugando a relação e trama dos corpos e o caráter heterogêneo da linguagem, Deleuze e Guattari referem-se à dupla dimensão do campo social: a conjunção de “modificações corpóreas” e “transformações incorpóreas”<sup>7</sup> que definem o *conteúdo* e a *expressão*. Os estóicos formularam essa relação de independência entre as “ações e paixões dos corpos”, definido como conteúdo, e os “atos incorpóreos”, como expresso dos enunciados<sup>8</sup>. São aspectos heterogêneos que revelam o paradoxo presente entre as paixões e as transformações concernente aos corpos. Tal constatação circunscreve a relação de independência entre o que concerne aos corpos e a natureza de formalizações. Explicando então, todo conteúdo compreende a extensão, ações e paixões dos corpos, sendo a forma do conteúdo definida pela trama dos corpos. A expressão são atos incorpóreos, e a forma da expressão constitui o encadeamento dos expressos.

<sup>7</sup> Cf. *Mille Plateaux*, 109; tr. v. 2, p. 26.

<sup>8</sup> Cf. Bréhier (1997, p. 12), sobre a distinção entre os enunciados “a faca corta a carne” ou a “arvore verdeja”.

Essa distinção, todavia, não supõe as condições de um dualismo entre o ser, as coisas, o real e a linguagem. Os corpos e suas produções são perpassados por transversalidades que interdita pensá-los sob um regime de correspondência ou conciliação. E embora conteúdo e expressão independem em suas formalizações, nada envia a um paralelismo de instâncias estanques sem comunicação, pois como vimos, é de modo imediato que as transformações se introduzem na trama dos corpos. Do mesmo modo, o encadeamento desses arranjos não se dá pela via de uma estabilização ou adequação, pois a expressão vai se inserir nos conteúdos deslocando-se de forma contínua entre os registros, para intervir, antecipá-los<sup>9</sup>, modificá-los, implodindo tudo.

As implicações desses aspectos deflagram uma reversão da noção de tempo, e a emergência de uma dupla temporalidade: uma dimensão temporal que constitui o presente, um tempo que se refere aos corpos, à mistura de corpos e aos estados de coisas correspondentes, a efetuação espaço-temporal dos fatos; e um tempo que concerne ao puro acontecimento livre de toda referência ou limitação da extensão do espaço e da marca temporal. Quando o acontecimento se encarna nos corpos, um indivíduo ou em um estado de coisas, a atualização dos fatos conjuga uma ordem temporal do antes e depois, que, sob o domínio de *Cronos* mede o movimento dos corpos, rege a modulação de formas e fatos. Tal efetuação delineia um presente corporal constituído de sucessão e contração de instantes, forma física e cíclica em que o passado e o futuro se organizam em função do presente definido, presente vivo de algo que “se passa”<sup>10</sup>.

Entretanto, uma diferença salta desses estados de coisas como o puro instante do acontecimento que inclui uma contra-efetuação, o tempo do instante puro irreduzível à atualização do presente e aos estados de coisas, o tempo ilimitado do *Aion*, a linha reta na superfície – instância impessoal, incorporeal, acontecimento puro, *eventum tantum*; o puro devir que recolhe a diferença das atualizações e do puro instante definindo

<sup>9</sup> Desse modo, portanto, não há representação tampouco oposições paralelas, mas uma espécie de “esfacelamento das duas, uma maneira cujas expressões se inserem nos conteúdos, por meio da qual se salta sem cessar de um registro a outro”, Cf. *Mille Plateaux*, 109; tr. v. 2, p. 27.

<sup>10</sup> Cf. *Logique du sens*, 79; tr. p. 65.

assim uma lógica do ‘sentido’ e do ‘exprimível’ distante da tutela da razão, baseada nos signos da existência e sua dimensão clínica. A dupla temporalidade do acontecimento envolve sua encarnação nos corpos e estados de coisas bem como aquilo que escapa à materialidade, e sendo assim comporta “dois tempos, dos quais um não se compõe senão de presentes encaixados e o outro não faz mais do que se decompor em passado e futuro alongados” (DELEUZE, 1969, 79; tr. 1982, p. 65). O acontecimento nunca se instala no presente fixo, é “alguma coisa que acaba de se passar e alguma coisa que vai se passar, sempre fugindo”, insiste e subsiste, e jamais sendo algo que passa, representa uma sucessão espaço-temporal que envolve apenas simultaneidade entre passado e futuro<sup>11</sup>, pois pertence ao tempo como devir, ao *Intempestivo* e *Inatual* tal como assevera Nietzsche.

Vale ressaltar, como salientamos anteriormente, que não se trata de um paralelismo que opõe de um lado as efetuações do presente e de outro, o acontecimento puro, pois no que concerne ao paradoxo, os elementos não são contraditórios, mas guardam uma gênese da contradição, pois como pontua Deleuze (1969, 92; tr. 1982, p. 77) “a força dos paradoxos reside em que eles não são contraditórios, mas nos fazem assistir à gênese da contradição”. Um destino, uma vida é composta de um só e mesmo acontecimento, e é num mesmo assalto que somos tomados e agimos. Não há relação de causa e efeito, mas um encadeamento de efeitos entre si que designam “um conjunto de correspondências não-causais, formando um sistema de ecos, de retomadas e de ressonâncias, um sistema signos, em suma, uma quase-causalidade expressiva, não uma causalidade necessitante” (1969, 199; tr. 1982, p. 176).

No plano das ações e seus registros, toda produção é imanente e conduz a uma disjunção inclusiva, abarcando todos os termos. Nesse caso, divergência e disjunção não compõem uma regra de exclusão e negação dos opostos nem enviam a uma identidade dos contrários, mas confere à afirmação um valor singular, pois se sustenta numa afirmação pela diferença, que, ao invés de guiar-se pela via da separação, situa-se como instância crítica que compreende os termos segundo sua “distância positiva”. Trata-se de uma disjunção afirmativa que enquanto tal não

<sup>11</sup> Cf. *Logique du sens*, 79-80; tr. p. 65- 66; e 193; tr. p. 169.

supõe uma conjunção, tendo em vista que não anula a divergência, mas configura-se como uma instância paradoxal cujo centro é descentrado, afirmador da divergência<sup>12</sup>.

Ocorre que, entre a superfície e suas produções opera um maquinismo que conecta todas as partes a outro corpo, de forma que, a produção dos eventos e seu registro encerram uma *distribuição* sobre um corpo sem órgãos em que “as *conexões* produtivas passam das máquinas ao corpo sem órgãos” (DELEUZE; GUATTARI, 1972, 19; tr. 2010, p. 25). Sob esse traçado, a síntese disjuntiva constitui o uso imanente e afirmativo em que os termos não se fecham sobre si, mas se implicam, de forma ilimitada e inclusiva, de modo que afirma os termos disjuntos com toda a sua distância e diferença “sem limitar um pelo outro nem excluir um no outro”, e ao fazê-lo conjuga os acontecimentos em que “*tudo se divide, mas em si mesmo*”<sup>13</sup> (1972, 91;tr. 2010, p.106).

Duas perspectivas se assinalam nesse processo. Primeiro, contrapondo o primado da essência e de coisas estáveis, Deleuze, e depois com Guattari, visa descrever uma lógica do sentido como acontecimento, captura de forças e de suas relações, de onde se reverbera a diferença como singularidade. Num segundo aspecto, delinea um regime de contra-efetuação dos estados e coisas formadas, um campo móvel e flutuante em que se consagra um devir imperceptível das forças e um plano cuja consistência é virtual. Desse ponto de vista, o acontecimento é um corte no caos, a efetuação do plano de imanência (DELEUZE; GUATTARI, 1992), no sentido em que os acontecimentos ou singularidades povoam o plano de imanência revelando dados que não são sujeitos nem objetos formados, pois os acontecimentos ou singularidades conferem ao plano sua virtualidade, do mesmo modo que o plano de imanência dota os acontecimentos virtuais de plena realidade (DELEUZE, 1995). De acordo com a análise de Sauvagnargues (2009, p. 346), dessa forma o tempo encerra uma bifurcação, síntese disjuntiva de Cronos e Aion,

<sup>12</sup> Cf. *Logique du sens*, 201-202; tr. p. 178-180.

<sup>13</sup> É nesse aspecto que a disjunção inclusiva se distingue da dialética de Hegel, que, na avaliação de Deleuze e Guattari, recorre a uma negação ao conduzir a síntese à unidade, ao todo, e acaba por suprimir a disjunção identificando os contrários, e assim, o hegelianismo substitui “as disjunções por vagas sínteses de identificação dos contrários”, cf. *L'Anti-Édipe*, p. 91; tr. 106 segs.

pois o tempo como devir implica a atualização no corpo (Cronos) e a coexistência virtual (Aion) e com isto Deleuze evita a presença estática do atual e a intemporalidade do eterno.

Portanto, o acontecimento se define como ideal, o puro sentido que não preexiste como essência nem está submetido à realidade formal, ele salta como um “vapor” ou “como uma fumaça” (DELEUZE; GUATTARI, 1990, 120; tr. 1993, p. 164-165) cujo caráter ilimitado não deve ser confundido com um princípio universal, mas, como uma dimensão que só carrega singularidades, é “Impessoal”, “individuação sem sujeito”, “heccidade”, irreduzível a realidades, mundo, significados, essências ou formas que se delinham no espaço e no tempo como forma homogênea.

Considerando os agenciamentos do *ensinar*, podemos situá-los sob o plano de conexões múltiplas dos agenciamentos e suas variações, circunscrevendo a dimensão dos corpos e suas criações, constituindo assim uma máquina semiótica desses agenciamentos. Remete-se, de um lado, às relações e tensões dos corpos, suas atualizações e estados de coisas; e de outro, aos acontecimentos, que enquanto tais, não prefiguram entre as qualidades ou propriedades físicas nem se encontram subordinados à relação material e causal entre corpos e estados de coisas, mas permeia uma dimensão incorporeal e impessoal. O ato de *ensinar* contorna signos que não se destacam das tramas dos corpos e das transformações incorpóreas, e que configuram agenciamentos da palavra, sendo também captura sobre um campo de variação contínua que envolve heterogêneos e transversalidades. Experiência que não se define pela simples comunicação ou informação de conteúdos, mas que, alheia a uma suposta universalização do saber, implica conexões e processos que concerne a uma semiótica dos afetos, uma clínica dos sintomas e dos atributos incorpóreos. Notadamente, o acontecimento designa uma força de contra-efetuação das estruturas formadas e da história, que, dissolvendo a forma de representação que esta impõe, libera tempo das amarras e dos fins da história, lançando-o a um estado puro de intensidades e singularidades virtuais.

## Referências

- BRÉHIER, É. *La théorie des incorporels dans l'ancien stoïcisme*. Paris: Vrin, 1997.
- DELEUZE, G. *Logique du sens*. Paris: Minuit, 1969. Ed. Bras.: *Lógica do sentido*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1982.
- DELEUZE, G. L'immanence une vie... *Philosophie*, Paris: Éd. Minuit, n. 47, 1995.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *Capitalisme et schizophrénie*. Paris: Minuit, 1972. t. 1: *L'Anti-Œdipe*. Ed. Bras.: *Anti -Œdipo: capitalismo e esquizofrenia*. São Paulo: Ed. 34, 2010.
- \_\_\_\_\_. *Capitalisme et schizophrénie*, t. 2: *Mille Plateaux*. Paris: Minuit, 1980. Ed. Bras. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia*. São Paulo: Ed. 34, 1995, v. 2.
- \_\_\_\_\_. *Qu'est-ce que la philosophie?* Paris: Les Éd. de Minuit, 1990. Ed. Bras.: *O que é a filosofia?* São Paulo: Ed. 34, 1993.
- NIETZSCHE, F. *Além do bem e do mal*. São Paulo: Cia. das Letras, 1992.
- \_\_\_\_\_. *La Volonté de Puissance*. Paris: Gallimard, 1995. t. 2.
- SAUVAGNARGUES, A. *Deleuze et l'empirisme transcendantal*. Paris: PUF, 2009.
- ZOURABICHVILI, F. Deleuze. Une philosophie de l'événement. In: SAUVAGNARGUES, A.; MARRATI, P. *La philosophie de Deleuze*. Paris: PUF, 2004.

Recebido em: 30 de maio de 2015.  
Aprovado em: 20 de junho de 2015.